



Boletim do MPDFT

Ministério Público do Distrito Federal e Territórios

CONTRA O CIGARRO



A 4ª Promotoria de Defesa do Consumidor – Prodecon firmou Termos de Ajustamento de Conduta com todos os shoppings do Distrito Federal restringindo a prática do tabagismo no interior dos centros comerciais. A iniciativa desencadeou uma ampla campanha de esclarecimento aos frequentadores desses locais, com a participação de representantes do MPDFT, voluntários e agentes da Vigilância Sanitária.

Pág. 5

Medidas Alternativas

O MPDFT inaugura dois núcleos da Central de Medidas Alternativas, em Taguatinga e Samambaia, buscando mais qualidade na aplicação e execução de penas alternativas.

Pág. 3



O Ministério Público e a paz social	Pág. 3
Departamento de Apoio Administrativo - Projeto "Nós Queremos Ser Viço"	Pág. 6
Defesa do Idoso – Um Passo Decisivo	Pág. 6
DRH – Valorização do Pessoal	Pág. 7
Programa de Gestão Ambiental	Pág. 8

Prioridade para a Integração Social

Desde novembro de 2002, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios tem como guia de suas ações o Programa de Integração com a Sociedade, criado pela Portaria nº 1226. Esta diretriz tem como objetivo maior criar mecanismos que favoreçam a participação mais ativa e presente do MPDFT na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis. A partir de um conjunto de iniciativas e de programas implantados, comemoramos bons e importantes frutos.

O incremento da divulgação da missão institucional do MPDFT, com a criação de um Portal na Internet é uma dessas ações. Nessa linha, conquistamos um espaço na rádio CBN para a divulgação de informes periódicos sobre a atuação das Procuradorias e Promotorias de Justiça na defesa e no atendimento das demandas públicas. Ao mesmo tempo em que nossa atuação passou a merecer um espaço semanal de entrevistas na rádio Nacional e na TV Nacional, no qual os promotores vêm orientando a comunidade sobre as ações das diversas áreas do MPDFT,

Uma das prioridades do Ministério Público Social, a Central de Medidas Alternativas - Cema, ganhou sua sede definitiva nas dependências do MPDFT no Setor de Indústrias Gráficas, além de terem sido implantados Núcleos em Ceilândia, Taguatinga e Samambaia.

O Projeto Ministério Público Social apoia, ainda, a atuação da Comissão de Segurança Escolar. Em parceria com as secretarias de Educação e de Segurança do Distrito Federal, a Comissão vem implantando conselhos de segurança nas escolas da rede pública de ensino do DF, por meio dos quais comunidade, representantes do governo e do MPDFT discutem medidas preventivas para a melhoria da segurança de alunos e professores nas unidades de ensino.

Uma outra frente do Programa de Integração do MPDFT, o "Ministério Público Mais Perto de Você", foi implantada pela Prociadã com o seu ônibus de atendimento itinerante, cumprindo o objetivo de facilitar o acesso das comunidades mais carentes do Distrito Federal aos serviços prestados pela Instituição.

Todo esse esforço num só propósito: o de servir cada vez mais à sociedade

José Eduardo Sabo Paes
Procurador-Geral de Justiça



**Boletim do Ministério Público
do Distrito Federal e Territórios**

Eixo Monumental – Praça do Burity
lote 2 Edifício-Sede
Brasília DF Cep 70091-900
Telefones: (61) 343-9604/
343-9601/ 343-9690.
Fax.: (61) 343-9754
www.mpdf.gov.br

Procurador-Geral de Justiça
José Eduardo Sabo Paes

**Vice - Procurador-Geral de
Justiça**

Eduardo Albuquerque

Corregedor-Geral

Amarílio Tadeu Freesz de Almeida

Chefe de Gabinete

Trajano Sousa de Melo

Diretor-Geral

Antônio Marcos Dezan

Conselho Editorial

Luisa de Marillac Pantoja
Fabiana de Assis Pinheiro

**Assessoria de Comunicação
do MPDFT**

Conchita Rocha

Produção

Intermedium Comunicação e
Eventos

Fotografias:

José Evaldo Gomes Vilela

Coordenação Editorial

Marilda Bezerra

Jornalista Responsável

Jorge Luis Menezes Araujo
Registro Profissional – 2299/12/44

Tiragem

2.500 exemplares

Impressão

Teixeira Gráfica Editorial

Central de Medidas Alternativas - outras penas

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios criou a Central de Medidas alternativas – CEMA como um órgão administrativo responsável por gerar informações que assegurem melhor qualidade às penas alternativas.

As medidas alternativas foram pensadas como um recurso capaz de contribuir de maneira mais efetiva para a solução dos conflitos dentro da comunidade sem recorrer à prisão.

Desde o ano de 2000, o MPDFT vem se estruturando para a aplicação das medidas alternativas, quando foi criada a Comissão de alternativas Penais, formada por membros e servidores. Como proposta da Comissão, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios instituiu a CEMA.

No dia 16 de setembro de 2003, O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios inaugurou, em Taguatinga, o segundo núcleo da Central de Medidas Alternativas e no dia 18 seguinte, foi instalado o núcleo de Samambaia. Em agosto

de 2001, a Central implantou um Projeto-Piloto na cidade-satélite de Ceilândia e, em abril de 2002, o projeto assumiu caráter definitivo, tornando-se o primeiro núcleo de Medidas alternativas do MPDFT.

A aplicação de medidas alternativas prevê a substituição da pena de prisão, por exemplo, por multas, por prestação de serviços à comunidade ou à entidades públicas. Para a aplicação das medidas, existem instituições conveniadas com o TJDF. Na Ceilândia são 25, incluindo o Hospital Regional, Delegacias de Polícia, orfanatos, abrigos de idosos, escolas públicas, onde os autores de fatos prestam serviços de limpeza, atendimento, manutenção, apoio administrativo etc.

No Hospital Regional de Ceilândia, o gerente de apoio operacional, Tarcísio Moisés da Silva, é o responsável pelo acompanhamento de aproximadamente 100 pessoas que cumprem medidas alternativas.



Ministério Público amplia CEMA. Inauguração do Núcleo de Samambaia

Para ele, a aplicação das penas alternativas é útil para o Hospital, por representar mão-de-obra em setores carentes. “Utilizamos essa mão-de-obra ao mesmo tempo em que reconhecemos que estamos colaborando para que essas pessoas não precisem cumprir penas em presídios”.

Sobre a relação com as instituições conveniadas para a aplicação das penas alternativas, a CEMA está promovendo uma reavaliação de vários aspectos observados ao longo de dois

anos do Projeto-Piloto. “O momento é de amadurecimento da relação com as instituições a fim de que possamos imprimir qualidade nas penas alternativas. Qualidade para o autor do fato e para as instituições. Felizmente, nossa experiência nos permite muitas opções, todas muito viáveis. A partir dos próximos dias, daremos um salto qualitativo muito grande no nosso sistema de Medidas Alternativas”, garante Vera Lúcia Holanda Lemos, coordenadora da CEMA.

Congresso em Gramado

O Ministério Público e a paz social

O XV Congresso Nacional do Ministério Público, realizado nos dias 1º a 5 de outubro de 2003, em Gramado – RS, reuniu mais de 1.500 membros dos Ministérios Públicos dos estados, do Distrito Federal, do Ministério Público Militar, do Ministério Público do Trabalho e do Ministério Público Federal, sob o tema: “O Ministério Público e a Paz Social”.

Um dos resultados do encontro foi a Carta de Gramado. Pelo documento, Procuradores e Promotores de Justiça assumem publicamente, como fonte de

inspiração de suas atividades, os princípios e fundamentos da paz social.

Entendem os membros dos Ministérios Públicos que, para se atingir a verdadeira paz social, suas ações devem atender a defesa da ordem jurídica e os valores democráticos, no sentido da adoção em toda a sociedade de políticas públicas voltadas para o fim da miséria e a redução das desigualdades.

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios teve 62 de seus membros participando

do evento. Os representantes do MPDFT participaram dos debates com as teses: “Necessidades do Ministério Público em priorizar o combate à corrupção inclusive dos membros judiciário e do próprio Ministério Público”, da Promotora de Justiça Alessandra Elias de Queiroga; “Câmaras restaurativas junto à promotoria e juizado criminal especial”, do Procurador de Justiça aposentado Renato Sócrates Gomes Pinto; “A participação do Ministério Público na efetividade

da implementação da reforma psiquiátrica: a tutela dos direitos do portador de transtorno mental”, da Procuradora de Justiça Tânia Maria Nava Marchewka; “Modificação da forma de nomeação do Procurador-Geral da República, do Procurador-Geral do Trabalho e do Procurador-Geral da Justiça Militar e criação de chefia própria para o Ministério Público Federal”, do Procurador-Geral de Justiça José Eduardo Sabo Paes e do Promotor de Justiça Pedro Oto de Quadros.

PRODEP - contra "puxadinhos"

A 7ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal proferiu sentença, que está sendo executada pela Prodep, contra proprietários de imóveis na quadra comercial da 713 Norte, que estavam ocupando irregularmente áreas públicas. A decisão obriga os comerciantes a demolir a construção nos espaços invadidos e indenizar os danos causados. Se não cumprirem a sentença, no prazo de 30 dias contados a partir da notificação, os empresários ficam sujeitos ao pagamento de multa diária no valor de 10 mil UFIRs.

As primeiras manifestações do MPDFT contra a ocupação ilegal de áreas públicas datam de 1992. A Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social – Prodep, naquele ano, instaurou

inquérito civil público contra as ocupações irregulares. O inquérito motivou um pedido para que o Instituto de Criminalísticas da Polícia Civil do Distrito Federal iniciasse um levantamento completo de todas as invasões de áreas públicas no Plano Piloto, popularmente chamadas de "puxadinhos".

Com essas informações, a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social ajuizou mais de duas centenas de ações na Justiça do Distrito Federal. Passados mais de 10 anos e muitas dessas ações terem cumprido todas as etapas de recursos judiciais possíveis, a Justiça começa a confirmar as primeiras decisões favoráveis aos pedidos do MPDFT.

Vaga mais fácil

Ação Civil Pública promovida pela Promotoria de Defesa da Ordem Tributária, contra o GDF e a empresa Direcional Engenharia, concessionária exploradora dos serviços de estacionamentos públicos, no sistema conhecido por "Vaga Fácil", provocou, em seu pedido de liminar, a suspensão da cobrança para os veículos estacionar.

A Promotoria de Defesa da Ordem Tributária, entre outros argumentos, assegura que o GDF não pode estabelecer preço público como forma de remuneração de serviços de fiscalização, fazendo com que concessionárias de serviços públicos exerçam ilegitimamente poder de polícia.

O Procurador-Geral de Justiça Eduardo Sabo ajuizou Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a Lei Distrital nº 1.194/96 que autoriza o poder público do DF a controlar o serviço público de administração das áreas de estacionamento.

No dia 29 de outubro, o Distrito Federal ingressou com recurso para cassar a liminar concedida pelo juiz da 6ª Vara de Fazenda Pública e confirmada pelo Desembargador Eduardo Oliveira. Em decisão unânime, no dia 10 de novembro de 2003, a 1ª Turma Cível do TJDF negou provimento ao recurso interposto pelo Distrito Federal com objetivo de reverter a decisão proibindo a cobrança em estacionamentos públicos do DF: Vaga Fácil. Com a decisão, a cobrança permanece suspensa, até que seja julgado o mérito.

Proteção à vida

No dia 30 de outubro de 2003, o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por intermediação da Assessoria de Política Criminal do Procurador-Geral da Justiça, assinou convênio com a Sociedade de Apoio aos Direitos Humanos – Movimento Nacional de Direitos Humanos para a implantação, no Distrito Federal, do Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência – PROVITA – DF.

O Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) é uma organização da sociedade civil composta por mais de 300 entidades

filiadas em todo o Brasil, cuja atuação está ligada à "luta pela vida e contra a violência" em situações de violação dos direitos humanos: tortura, trabalho escravo, violência no campo, agressões a grupos étnicos, narcotráfico.

O MPDFT passa a integrar o PROVITA – DF acompanhando os direitos constitucionais de vítimas e testemunhas de crimes, permitindo a esses cidadãos as garantias de sua integridade física e psicológica.

Varandas e garagens, sem taxas

Ação civil pública, ajuizada pelas Promotorias de Ordem Tributária, da Ordem Urbanística e do Consumidor, proibindo o GDF cobrar taxas pelo uso, em edifícios residenciais, de espaços aéreos, referentes às varandas, e subsolos, teve o pedido julgado integralmente procedente pela 6ª Vara de Fazenda Pública do TJDF. Com a decisão, o Governo do Distrito Federal fica impedido de realizar novas cobranças, de fazer cobranças retroativas e deve, ainda, suspender a inscrição em dívida ativa feita para inclusão de quem não pagou a taxa.

É proibido fumar

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por atuação de sua 4ª Promotoria de Defesa do Consumidor – Prodecon –, representada pelo Promotor de Justiça Guilherme Fernandes celebrou Termos de Ajustamento de Conduta com todos os shoppings da cidade com a finalidade de proibir os frequentadores de fumar no interior dos prédios.

Pelo acordo, formalizado no dia 11 de setembro, os centros comerciais ficam responsáveis pela produção de campanha informativa contra o tabagismo em suas dependências. No caso de descumprimento do acordo, os estabelecimentos estão sujeitos a multas diárias no valor de R\$ 10 mil, como prevê a Lei Federal 9.294/96 e a Lei Distrital 1.162/96. Contudo, é facultado aos shoppings a criação de áreas próprias e adequadas para fumantes.

A Promotoria de Defesa do Consumidor reuniu-se também com técnicos da Vigilância Sanitária do Governo do Distrito Federal, para definir a forma de atuação dos fiscais do órgão, considerando que nos casos de flagrante dos fumantes, são os fiscais da Vigilância Sanitária os responsáveis pela aplicação das multas.

Vigilância sanitária

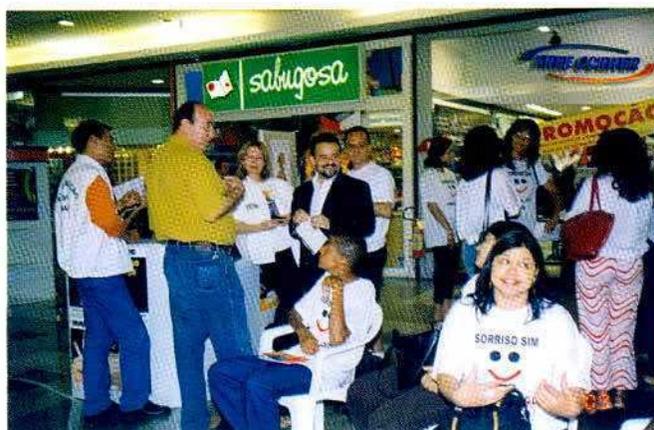
A Inspectora de Vigilância Sanitária Mônica Mulser Parada justifica a participação do órgão lembrando que o tema deste Termo de Ajustamento de Conduta é relativo à Legislação Sanitária. Para a inspetora, a campanha deflagrada a partir da ação do MPDFT tem alta e imediata eficácia por três aspectos: reduz a aceitação social do cigarro e o número de cigarros fumados e aumenta o grau de proteção do fumante passivo. Após a primeira fase de informação e esclare-

cimento ao público, a Vigilância Sanitária vai manter ações de fiscalização de rotina e o atendimento de reclamações.

As campanhas publicitárias de esclarecimento, promovidas pelos shoppings, estão utilizando folders, distribuídos aos frequentadores, cartazes informando sobre a proibição de fumar e as sanções previstas, além de comunicados aos lojistas, donos de restaurantes e bares. O valor da multa para o fumante é de até 7 Unidades Padrão do Distrito Federal, hoje, R\$ 1.088,43.

Voluntários

A campanha contra o fumo nos shoppings conta com o apoio de servidores do próprio MPDFT que trabalham de forma voluntária. O servidor Walter Isac, do Departamento de Modernização Administrativa, é coordenador do grupo de voluntários. Para Walter, a importância da campanha justifica a ação voluntária. "Nas nossas primeiras ações, observamos que a população está muito sensibilizada pela causa" afirma ele, lembrando que o grupo continua recebendo adesões. Os interessados podem se inscrever pelo e-mail da Assessoria de Comunicação Social: comunic@mpdft.gov.br.



Campanha contra o cigarro. Promotores, fiscais e voluntários informam a proibição de se fumar em shopping.

Fiscalização

As primeiras visitas, após o acordo firmado entre o MPDFT e os shoppings de Brasília, aconteceram no Pátio Brasil e no Brasília Shopping, nos dias 4 e 5 de outubro. Fiscais da Vigilância Sanitária e voluntários do MPDFT, num procedimento educativo, abordaram as pessoas que estavam fumando, explicaram os males do fumo e as exigências legais proibindo fumar no recinto, ofereceram kits com informações contra o tabagismo e convidaram os fumantes a apagar seus cigarros, além de oferecer uma flor.

Nos dias 11 e 12 de outubro, a ação foi repetida no Parkshopping e no Taguatinga Shopping. No Taguatinga Shopping, houve distribuição de balões e de uma peça de borracha em forma de coração, na qual se lia em uma face "gentileza gera gentileza" e na outra o símbolo internacional de proibição de fumar.

As ações integradas pelos voluntários, Promotores de Justiça e agentes da Vigilância Sanitária também se realizaram no dia 18 de outubro nos shoppings: Conjunto Nacional, Liberty Mall e Alameda Shopping, e no dia 25 nos shoppings: Pier 21, Terraço Shopping e Fashion Mall.

A opinião dos frequentadores

Camila Hosken – empresária e produtora de moda

"Achei a medida maravilhosa, não temos mais ninguém fumando nas praças de alimentação, incomodando quem não fuma. Acho interessante toda essa campanha contra o tabagismo. Cigarro deixa mau cheiro e incomoda os outros. Aprovei a proibição".



Eduardo Piva – bancário

"Só quem foi fumante, como eu, sabe a dimensão de seu egoísmo que quando acende seu cigarro, por mais que saiba que a fumaça vai incomodar alguém, jamais deixa de fazê-lo. Acho essa medida acertada, ainda mais num ambiente com ar condicionado.



Waldicéia da Cunha Lima – aposentada

"Não estou gostando dessas medidas. Quando comecei a fumar, ninguém me avisou que era prejudicial à saúde. Até pouco tempo, havia as propagandas mostrando e estimulando a prática, como querem agora que eu deixe de fumar de uma hora para outra. Não posso mais fumar em vários locais. Essas providências deveriam ter sido adotadas quando inventaram o cigarro.



Ser Viço – ser feliz

Ser Viço. O duplo sentido das palavras dá o tom da idéia do Projeto “Nós Queremos Ser Viço”, lançado no dia 11 de setembro pelo Departamento de Apoio Administrativo do MPDFT. Integrado por subprogramas, o projeto tem por finalidade valorizar as atividades exercidas pelos servidores, permitindo que se expressem de maneira criativa. Um dos principais, o Organismo de Inclusão Administrativa (OIA) permite que os servidores encaminhem suas idéias, sugestões e críticas para a gerência. Todas as sextas-feiras, o gabinete da chefia do DAA é aberto, duas horas pela manhã e duas horas à tarde, para receber os funcionários do setor e suas propostas.

Desde o seu início, o OIA já recebeu inúmeras propostas e muitas delas foram implantadas, outras estão em fase de estudo. Entre as idéias apresentadas pelos servidores estão, por exemplo, pausas no expediente do trabalho para alongamento; inclusão, no espaço do DAA na intranet, do perfil dos servidores, com resumos biográficos e fotos, como fator de



“Nós queremos Ser Viço - o DAA aberto a seus servidores.

aproximação e valorização de cada um; realização de palestras sobre temas como drogas e alcoolismo; criação de um sistema de comunicação visual com placas de avisos, orientações e mensagens motivacionais; lanche coletivo; criação de bancos de talentos de servidores; realização de um congresso dos servidores do MPDFT, e muito mais.

Como resultado das propostas no OIA, foi instituído o *Happy Hour* Beneficente. O primeiro foi realizado no dia 3 de outubro, em um bar no Setor Bancário Norte. No encontro, houve a

arrecadação de recursos para ações de outro subprograma, o Há Braços. Além de arrecadar dinheiro, os servidores vão atuar como voluntários nas instituições beneficiadas.

O Projeto “Nós Queremos Ser Viço” tem ainda o subprograma Companhia de Viagem, no qual os funcionários do Departamento organizam viagens, de fim-de-semana, feriados e férias, adotando e praticando princípios de planejamento e de gestão de recursos humanos e financeiros, além de promover a integração das pessoas e o lazer de qualidade.

Um grande e decisivo passo

Em janeiro do próximo ano, entra em vigor o Estatuto do Idoso, recém aprovado pelo Congresso Nacional. A sociedade comemora o conjunto de leis de proteção ao idoso, como um avanço capaz de assegurar melhor qualidade de vida para a população de mais idade. Para o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, o Estatuto do Idoso é instrumento para uma atuação mais efetiva da Promotoria de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência - Prodide.

O Estatuto do Idoso teve também outro significado especial para o MPDFT, o Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo, e os Promotores de Justiça Sandra Julião e Vandir Ferreira tiveram participação ativa na elaboração do Projeto de Lei que originou o Estatuto.

Até a entrada em vigor do Estatuto do Idoso, as ações do Ministério Público, em favor desse público, sempre esbarravam na falta de legislação específica. “O que impede, do ponto

de vista legal, as famílias abandonar seus velhos em abrigos ou hospitais?” pergunta a Promotora de Justiça, Sandra Julião, da Prodide, para responder afirmando que “o Estatuto do Idoso cria uma base legal que trata exclusivamente de toda problemática social e econômica vivida pelos nossos idosos”.

Com essas leis específicas, o Ministério Público passa a ter os instrumentos constitucionais para tratar de modo mais eficiente os problemas que afligem as pessoas da chamada terceira idade. “O Artigo 75 do Estatuto do Idoso atribui ao Ministério Público a competência para tratar de todos os procedimentos e processos relativos à população dos mais velhos. Isto é, não havendo a participação do Ministério Público o processo é nulo”, comemora a Promotora Sandra Julião.

Para a Promotora de Justiça Sandra Julião, outra grande inovação do Estatuto está nos mecanismos de garantia para os direitos desse segmento da sociedade, “a lei assegura



Promotora Sandra Julião: “base legal para proteção do idoso”

ao idoso preferência no atendimento de saúde. Em situação de risco, o Ministério Público pode exigir que a Secretaria de Saúde providencie o atendimento preferencial”, ilustra.

A Prodide também está em contato com a Secretaria de Segurança Pública para que, em breve, seja implantada em Brasília a primeira delegacia de polícia especializada em idosos.

Estímulo a competências e habilidades

O Departamento de Recursos Humanos está colhendo os resultados de um esforço gigantesco para promover a qualificação individual e profissional de servidores e membros do MPDFT. Ainda no mês de setembro, o DRH comemorou a incrível marca de mais de 74 mil horas de capacitação neste ano de 2003, considerando que o DRH trata dos

aspectos de formação e capacitação de 800 servidores, 324 membros e 310 estagiários, o número de horas de capacitação é um indicativo extraordinário do trabalho que o setor vem desenvolvendo.

A seguir um resumo das ações mais destacadas do Programa de Gestão de Competências e Habilidades do MPDFT:

Ciclo de Palestras

O Ciclo de Palestras apresenta, no auditório do Edifício-Sede, conferências de reconhecidos palestrantes. Em 2003, já foram realizadas 6 palestras, com os palestrantes: Waldez Ludwig, Frei Betto, Eliza Lucinda, Monja budista Coen, Eduardo Bueno e o Rabino Nilton Bonder.

Projeto Pensarh

Utiliza a intranet para divulgação de textos variados que levem à reflexão sobre temas filosóficos, espiritualistas, comportamentais, econômicos, culturais, técnicos e outros, de autores consagrados e de servidores.

Projeto S@berh

Está em andamento curso de português com 84 inscritos. O curso é desenvolvido em módulos colocados à disposição dos alunos semanalmente, na página do DRH na intranet. Um dia da semana é marcado para esclarecimentos de dúvidas e correção de exercícios, via e-mail.

Fale – Facilitando o Aprendizado em Língua Estrangeira

Com a colaboração de instrutores internos, o **Fale** busca o aprendizado de língua estrangeira, com aulas presenciais. Atualmente, conta com duas turmas de 20 alunos em língua inglesa, utilizando o método "New Interchange", em módulos semestrais.

Concurso Literário

Com a proposta de revelar e promover talentos literários entre os membros, servidores e estagiários do MPDFT, o

Departamento de Recursos Humanos realiza, este ano, a segunda versão do Concurso Literário Mário Quintana. Os melhores trabalhos serão posteriormente reunidos em um livro editado especialmente com os participantes do concurso.

Processo Seletivo de Estagiários

O DRH abriu no último mês de setembro processo de seleção de estagiários para o preenchimento de 104 vagas para estudantes do 2º ano do ensino médio. A seleção utilizou os resultados dos estudantes no Programa de Avaliação Seriada - PAS, da UnB. A iniciativa foi muito elogiada pela Universidade.

Distinção Honrosa para Servidores do MPDFT

Distinção Honrosa que se faz aos servidores em reconhecimento à sua conduta pessoal e profissional. A escolha dos agraciados é feita mediante eleição direta em cada unidade de trabalho do MPDFT.

Estagiário Destaque

O DRH instituiu a distinção para o estagiário que se destaca em sua atividade. A honraria tem o objetivo de reconhecer os estagiários, 5 de nível superior e 3 de nível médios, que se destacaram por sua conduta profissional e pela sua capacidade de criar e manter relacionamentos harmônicos no ambiente de trabalho.

Sétima Arte na Quinta

Na última quinta-feira de cada mês, no auditório do MPDFT, o Departamento de Recursos de Humanos promove a exibição de um filme, com a finalidade de levar lazer aos servidores e membros do MPDFT.

Serviço Voluntário

Programa de Serviço Voluntário no MPDFT

O Departamento de Recursos Humanos instituiu o Programa de Serviço Voluntário. Atualmente, 13 voluntários prestam serviços no MPDFT em áreas distintas, que vão de Promotorias à regência do coral da instituição.

O aposentado José Miguel Milanez, de 69 anos, atua na Promotoria de Defesa do Idoso e do Portador de Deficiência e justifica sua militância voluntária pela solidariedade, "me preocupo com o tratamento que a sociedade dá a seus velhos. Sinto que poderia ser comigo, portanto me dedico, aqui no MPDFT, a fazer cumprir os direitos desses cidadãos".

Outra voluntária é a maestrina Lierge Patriarca, regente do Coral do MPDFT. Lierge tem como principal motivação o amor a música. Há um ano na regência do coral, a maestrina acha pouco o tempo para ensaios, mas garante que se sente muito motivada pelos integrantes do coral.



Sentada, a maestrina Lierge Patriarca: amor à música rege o Coral do MPDFT.

Respeito ao meio ambiente

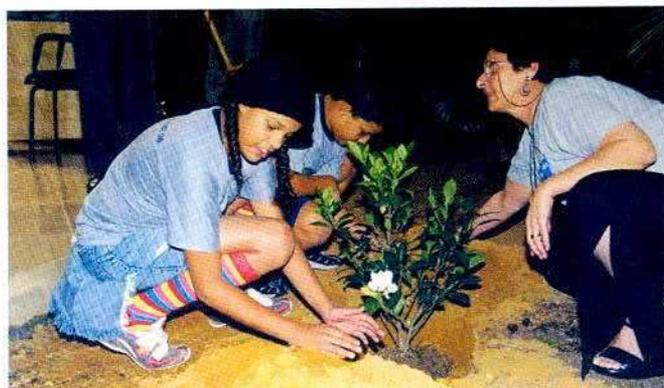
No dia 21 de agosto de 2002, foi iniciado o Programa de Gestão Ambiental do MPDFT, no Edifício-Sede, com a implantação de uma série de medidas que têm por finalidade dar correta destinação aos resíduos produzidos no prédio do Ministério Público.

Foi, então, oferecida aos servidores uma programação bastante diversificada de educação ambiental, incluindo cursos, palestras e distribuição de impressos informativos sobre relações harmoniosas com o meio ambiente.

O Programa distribuiu coletores individuais de mesa para o recolhimento seletivo de papel, também foram colocados, ao lado dos bebedouros, em todos os andares, recipientes próprios para o recolhimento de copos plásticos de água e de café.

Com o sucesso verificado no Edifício-Sede, o Programa de Gestão Ambiental foi estendido para as demais sedes do MPDFT. Após a implantação dessa segunda etapa, os coordenadores consideram o Programa consolidado. O lançamento da segunda fase do Programa de Gestão Ambiental do MPDFT ocorreu na Promotoria de Taguatinga, no dia 10 de setembro de 2003. Nesse dia, o Programa passou a adotar contêineres coloridos no padrão internacional para a coleta seletiva de lixo: amarelos, para resíduos de metais; verdes, para vidros; vermelhos, para plásticos, e azuis, para papéis.

O Programa de Gestão Ambiental trabalha em parceria com a organização não governamental ambientalista Amigos do Futuro. A ONG recebe os cartuchos de



Alunos da Escola Classe 6 de Taguatinga plantam árvores, no lançamento da segunda etapa do Programa.

impressoras utilizados no MPDFT e envia para uma empresa de São Paulo autorizada a reaproveitar os cartuchos, sem prejuízo ao meio ambiente. Dos recursos financeiros gerados com a reutilização dos cartuchos, a Amigos do Futuro fica com 70% para seus programas de educação e ação ambiental, os outros 30% são devolvidos ao MPDFT que os emprega em aulas de alfabetização e de reforço escolar, oficinas de informática e na educação ambiental dos servidores terceirizados.

O Programa é coordenado por um grupo executivo liderado pela Promotora de Justiça Tânia Regina Fernandes. "Estamos servindo de exemplo para a sociedade, outros órgãos do Ministério Público da União estão implantando nosso projeto. Ainda este ano vamos iniciar a destinação correta, do ponto de vista ecológico, das lâmpadas fluorescentes", comemora a Promotora.



Programa de Gestão Ambiental estendido para todas as sedes do MPDFT. Promotora de Justiça Tânia Fernandes lança o Programa em Taguatinga.



Novos cargos no MPDFT

A sanção pelo Presidente Luiz Inácio da Silva da Lei que dispõe sobre a criação de cargos de Membros, cargos efetivos e funções comissionadas no âmbito do Ministério Público da União constitui uma grande conquista para o fortalecimento ainda maior da Instituição.

Foram exatos quatro meses de tramitação, pois a referida iniciativa chegou à Câmara dos Deputados no dia 30 de junho do corrente ano. Encerrava-se o primeiro semestre legislativo e o Parlamento era convocado para apreciar, durante o mês de julho último, as reformas tributárias e da Previdência Social, dentre outras matérias de suma importância, representando uma pauta extremamente complexa, técnica e politicamente, a qual iria exigir amplos debates em sucessivas rodadas de negociações.

O texto encaminhado pela Procuradoria-Geral da República consolidava, em apenas um projeto de lei, várias proposições em tramitação na Câmara dos Deputados que visavam atender a demandas estruturais dos diversos ramos do MPU e que foram então substituídas após entendimentos entre a PGR, a área parlamentar e a Presidência da República.

Diante desse quadro e considerando as conhecidas dificuldades de natureza orçamentária que estão impondo a aplicação de rigoroso ajuste fiscal, conseqüentemente, restrições à própria execução de programas governamentais de relevante interesse da Nação, tornou-se inevitável admitir e compreender a posição dos relatores da matéria na Câmara dos Deputados, de que houvesse uma flexibilização de prazos no cumprimento do que dispõe o projeto agora aprovado, quanto ao provimento dos cargos e funções comissionadas.

O empenho e a disposição do Procurador-Geral da República, Cláudio Fontelles, e do Procurador-Geral de Justiça do MPDFT, José Eduardo Sabo Paes, atuando diretamente no Congresso Nacional na defesa da absoluta pertinência do projeto, foram decisivos para a tramitação e a aprovação nas duas Casas Legislativas em período relativamente curto, considerando-se a amplitude da matéria e a mencionada complexidade da pauta dos trabalhos do Congresso Nacional.

O texto final do projeto estabelece ao MPDFT, a criação de quatro cargos de Procurador de Justiça, de 86 cargos efetivos de Analista e de 54 cargos de Técnico, além de 102 funções comissionadas. Para 2004, poderão ser preenchidos 44 cargos de Analista e 26 cargos de Técnico, bem como 60 novas funções comissionadas. Os demais cargos e funções comissionadas criados pela lei deverão ter seu provimento definido de forma escalonada nos exercícios de 2005 a 2008.

A cerimônia de sanção da Lei, realizada no Palácio do Planalto, contou com a presença do Ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos; do Presidente do STF, Maurício Corrêa; do Presidente do STJ, Nilson Naves; do Procurador-Geral da República, Cláudio Fontelles; do Procurador-Geral de Justiça, Eduardo Sabo; e dos Procuradores-Gerais dos demais ramos do MPU. Estiveram também presentes à cerimônia os Procuradores de Justiça, Eduardo José Oliveira de Albuquerque, Vice-Procurador-Geral de Justiça do MPDFT; Amarílio Tadeu Freesz de Almeida, Corregedor-Geral do MPDFT; Nídia Corrêa Lima, José Firmo Reis Soub e Maria Aparecida Donati Barbosa; e os Promotores de Justiça Maria Rosynete Oliveira Lima, Gaspar Antônio Viegas, Carlos Alberto Cantarutti, Marcel Nóbrega de Araújo e Leonardo Azeredo Bandarra.

Agenda do Procurador-Geral de Justiça Eduardo Sabo

15/09/03 - Visitou a Promotoria de Justiça do Gama.

16/09/03 - Recebeu a Deputada Distrital Arlete Sampaio - apresentação do projeto de regularização fundiária do Distrito Federal.

- Participou da Sessão Especial do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

- Lançamento do projeto de expansão da Central de Medidas Alternativas - CEMA, em Taguatinga.

18/09/03 - Compôs a mesa, como representante do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça, no Encontro Nacional ANEEL e CNPGJ do Meio Ambiente, Urbanismo e Patrimônio Cultural.

- Visitou a Promotoria de Justiça de Samambaia.

- Lançamento do projeto de expansão da Central de Medidas Alternativas - CEMA, em Samambaia.

19/09/03 - Compôs a mesa na cerimônia de posse do Dr. Humberto Adjuto Ulhôa como Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

22/09/03 - Recebeu visita do Ministro Marcos Hendell, do Superior Tribunal Militar.

- Visitou a Promotoria de Justiça de Planaltina.

23/09/03 - Participou de reuniões na Câmara dos Deputados e no Senado Federal, sobre a reforma da Previdência e a Lei de cargos.

24/09/03 - Recebeu o representante do Conselho Penitenciário do Distrito Federal, Dr. José Francisco Vaz.

- Participou de reunião com Senador Flávio Arns, no Senado Federal.

- Visitou a Promotoria de Justiça do Paranoá.

1º/10/03 a 04/10/03 - Participou do XV Congresso Nacional do Ministério Público em Gramado -RS.

02/10/03 - Apresentou tese no XV Congresso Nacional do Ministério Público em Gramado - RS.

03/10/03 - Participou da reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça e da Reunião Conjunta do Conselho Nacional dos Corregedores Gerais, CONAMP e outras entidades do Ministério Público em Gramado - RS.

06/10/03 - Recebeu a Comenda do Mérito Santos Dumont, no Comando da Aeronáutica.

- Compôs a mesa na cerimônia de posse do Dr. Ronaldo Curado Fleury como Procurador-Chefe da Procuradoria

Regional do Trabalho da 10ª Região, no Auditório do MPDFT.

09/10/03 - Foi recebido em audiência pelo Senador José Sarney, no gabinete da Presidência do Senado Federal.

- Foi recebido em audiência pelos Senadores Valmir Amaral, Paulo Octávio e Eurípedes Camargo.

13/10/03 - Recebeu a Presidente da Terracap, Dra. Maria Júlia Monteiro Silva.

14/10/03 - Participou da Sessão Especial do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

16/10/03 - Recebeu o Presidente da Cooperativa de Transportes Públicos Alternativos, Adevandro Pereira.

- Audiência com o Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Fonteles.

21/10/03 - Participou da Sessão Especial do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

23/10/03 - Concedeu entrevista à TV Justiça/TV Nacional.

- Recebeu a Dra. Luiza Rodrigues de Souza – Presidente da Fenações Integração Social.

28/10/03 - Participou da Sessão Especial do Conselho da Magistratura do Tribunal de Justiça do Distrito Federal.

29/10/03 - Participou da reunião do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais de Justiça no Ministério Público Militar em Brasília.

30/10/03 - Participou da solenidade de entrega da Comenda da Ordem do Mérito no Ministério Público Militar.

- Assinatura do convênio de cooperação para a implantação do Programa de Apoio e Proteção a Testemunhas, Vítimas e Familiares de Vítimas de Violência – PROVITA-DF entre o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e a Coordenadora do Conselho do Movimento Nacional de Direitos Humanos, Irene Maria dos Santos.

04/11/03 - Audiência com o Ministro da Justiça, Dr. Márcio Thomaz Bastos.

- Participou da abertura da V Conferência de Assistência Social do Distrito Federal, no auditório do Hotel San Marco, em Brasília.

06/11/03 - Reunião com Promotores-Chefes.